

O SABER LOCAL DO CULTIVO DO TABACO COMO FATOR CONTRIBUINTE À ECONOMIA DE UMA COMUNIDADE DO NORDESTE DO PARÁ

THE LOCAL KNOWLEDGE OF TOBACCO GROWING AS A CONTRIBUTING FACTOR TO THE ECONOMY OF A COMMUNITY IN THE NORTHEAST OF PARÁ

EL CONOCIMIENTO LOCAL DEL TABACO CRECIENDO COMO FACTOR QUE CONTRIBUYE A LA ECONOMÍA DE UNA COMUNIDAD DEL NORESTE DE PARÁ

Genilson Fernandes Monteiro

Especialista em Educação e Interculturalidade na Amazônia/UFPA
Brasil
genilsonf982@gmail.com

Francisco Pereira de Oliveira

Doutor em Biologia Ambiental
Brasil
foliveiranono@yahoo.com.br

Raquel Amorim dos Santos

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará
Brasil
rakelamorim@ufpa.br

Raul da Silveira Santos

Especialista em Educação e Interculturalidade na Amazônia/UFPA
Brasil
raulsantos.21@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo apresenta um debate contemporâneo a respeito do modo como vivem as comunidades tradicionais do nordeste paraense, costa amazônica brasileira, principalmente em Reservas Extrativistas Marinhas, no que tange a convivência com os saberes empíricos sobre plantas, em especial o uso do tabaco. Nesse sentido, o principal objetivo é demonstrar a importância do uso do tabaco na Comunidade da Chapada no município de Tracuateua-PA, assim como refletir sobre o dualismo entre o saber tradicional e científico. Mediante as observações, percebeu-se que na comunidade da Chapada os saberes tradicionais estão ligados à economia das famílias locais e esses saberes estão engendrados no cultivo da planta do tabaco, além de compor as práticas produtivas dos extrativistas da Comunidade da Chapada.

Palavras-chave: Saberes. Reserva Extrativista. Tabaco.

ABSTRACT

The present study presents a contemporary debate about the way the traditional communities of northeastern Pará, the Brazilian Amazon coast live, mainly in Marine Extractive Reserves, in terms of coexistence with empirical knowledge about plants, especially the use of tobacco. In this sense, the main objective is to demonstrate the importance of tobacco use in the Chapada Community in the municipality of Tracuteua-PA, as well as to reflect on the dualism between traditional and scientific knowledge. Through the observations, it was noticed that in the Chapada community, traditional knowledge is linked to the economy of local families and this knowledge is engendered in the cultivation of the tobacco plant, in addition to composing the productive practices of extractivists in the Chapada Community.

Keywords: Knowledge. Extractive reserve. Tobacco

RESUMEN

El presente estudio presenta un debate contemporáneo sobre la forma en que viven las comunidades tradicionales del noreste de Pará, la costa amazónica brasileña, principalmente en las reservas extractivas marinas, en términos de coexistencia con el conocimiento empírico sobre las plantas, especialmente el uso del tabaco. En este sentido, el objetivo principal es demostrar la importancia del consumo de tabaco en la Comunidad Chapada en el municipio de Tracuteua-PA, así como reflexionar sobre el dualismo entre el conocimiento tradicional y el científico. A través de las observaciones, se notó que en la comunidad de Chapada, el conocimiento tradicional está vinculado a la economía de las familias locales y este conocimiento se engendra en el cultivo de la planta de tabaco, además de componer las prácticas productivas de los extractivistas en la Comunidad de Chapada.

Palabras clave: Conocimiento Reserva Extractiva. Tabaco

INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas Marinhas se apresentam como importantes unidades de conservação da biodiversidade, além de possibilitar para as populações tradicionais atividades extrativistas, como a pesca de peixes de diversos espécimes, a coleta de crustáceos, com destaque para o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*). Adicionalmente, engloba outro fator importante e característico dessas comunidades tradicionais, que é o uso das plantas medicinais para tratamento de diversas doenças, onde a utilização desses recursos pode vir a ser o único, frente a escassez de políticas públicas em saúde, e na sua prevenção frente as carências e o desprezo por parte do Estado.

Nesse cenário, recorre-se, academicamente, ao entendimento do que a Etnobotânica¹ propõe como o uso dessas plantas na prevenção e na ação curativa de doenças diversas. Nobre (2015, p. 20), “[...] estudos relacionados a Etnobotânica fazem mediações entre os diversos discursos que envolvem os conhecimentos culturais, com o objetivo de compreender o outro, seu modo de vida, seus códigos e costumes racionalizando as relações com a natureza”. Portanto, o estudo etnobotânico torna-se relevante e preciso, como forma de entender os processos existentes entre as populações locais e a extração de plantas da floresta para o uso medicinal, em especial nas áreas costeiras amazônicas. Além, é claro, de fomentar a implementação de políticas públicas ambientais para o uso sustentável da floresta, através do respeito e da valorização dos saberes tradicionais usados nos processos de prevenção e cura.

Os saberes tradicionais, segundo Diegues *et al*, (ano 2000, p. 30) é o “[...] conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração”. As comunidades tradicionais são ricas em saberes, e esses saberes precisam ser respeitados e valorizados.

Os recursos naturais disponíveis nessa área costeira amazônica são oriundos de uma biodiversidade e são essências para os estudos científicos e populares, já que oferecem mecanismos de prevenção e de cura, assim como são de uso para o setor econômico, social e cultural das populações tradicionais. Esse processo só é possível devido a estreita relação entre os povos tradicionais e a natureza, em especial, os sujeitos que fazem parte do contexto da Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Mar), pois têm como missão a necessidade de assegurar a conservação e manutenção da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que vivem nessas áreas (DIEGUES, 2000), todavia, deve-se levar em consideração, principalmente, o saber e a percepção ambiental da população local, que foram construídos ao longo dos anos através do convívio com a natureza. Nesse sentido, o presente estudo fará um breve recorte histórico do surgimento das primeiras Reservas Extrativistas (RESEX) no território brasileiro.

As Reservas Extrativistas no Brasil começam a ser criadas a partir da década de 90 do Século XX, com o intuito de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. No entanto,

¹ Etnobotânica, consiste no ramo da botânica que se atenta a estudar o uso das plantas por comunidades e povos tradicionais, visando a manutenção desses saberes através de uma teia de conhecimentos onde os usuários dessas práticas estão imersos, nesses saberes tradicionais.

esse processo foi marcado por conflitos sangrentos, principalmente nos territórios da Amazônia brasileira como bem enfatiza Gusmão (2010, p. 15): a “história de lutas e conquistas, produto do encontro de vários grupos sociais que conformaram a sociedade em tempos diferentes”. Esse processo de resistência resultou na criação das duas primeiras RESEX que foram criadas no Estado do Acre.

Conforme expresso na Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as Unidades de Conservação são divididas em dois grupos, a saber: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Enquanto a primeira aponta para a preservação da natureza, com uso apenas indireto de seus recursos naturais, a segunda visa concomitantemente à conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). A Reserva Extrativista foi definida e caracterizada segundo descrito no Artigo 18 dessa acima mencionada:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

No Brasil, o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, no seu Artigo 3, define as populações tradicionais como “povos e comunidades tradicionais”, tratando esses grupos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Como exemplo de comunidades tradicionais, podem-se citar as ribeirinhas, costeiras, rurais, indígenas, quilombolas, dentre outras. Neste aspecto é importante fazer uma referência as reservas extrativistas marinhas, que, consoante seus aspectos possuem características que a diferencia da reserva extrativista florestal, haja vista segundo Lucca (2018, p.42) “A criação desses espaços se entende a partir de processos dinâmicos e diferenciados que compreendem a auto identificação, organização social e mobilização de grupos sociais que não se sentiam representados pelas áreas florestais”. Ratificando que.

Se tratando da categoria reserva extrativista a mesma tem tido um número significativo de pedidos para criação, o que pode ser um indício de fortalecimento e amadurecimento das estruturas de organização e mobilização social na defesa dos seus direitos, diferenciados de cidadania. De acordo com dados do CNUC/MMA (2017), até julho de 2017, o Brasil possuía 21 Reservas Extrativistas Marinhas, representando cerca de 0,1% de todo o território nacional.

Consoante o exposto, a criação de Reservas Extrativistas ao longo da costa brasileira, é um ponto positivo, pois é visto como um dos grandes avanços na conservação da diversidade biológica, no aspecto de que abrangendo a parte aquática, não se reivindica soluções de problemas fundiários na parte costeira.

No tocante aos grupos e populações que estão inseridos nesses espaços tradicionais, se percebe que se encontram ancorados e trazem consigo uma bagagem de conhecimento que muitas das vezes é negada pela ciência, no entanto, apresentam uma relação íntima com o ambiente ao qual eles vivem formando uma teia de saberes. “Esses povos desenvolveram um conhecimento aprofundado e extenso das características ambientais e das possibilidades de manejo dos recursos naturais dos territórios que ocupam” (DIEGUES, 2001, p. 26).

Eles possuem formas diferentes do conhecimento acadêmico, do conhecimento considerado “válido”, por isso os saberes tradicionais são tidos como inferiores aos da ciência moderna, nesse sentido, é necessário um novo pensar as questões voltadas ao ambiente, segundo Leff (2006, p. 94).

É necessário uma reorganização da sociedade visando uma rede de eco comunidades descentralizadas, visando almejar objetivos que estejam de acordo com os preceitos da sustentabilidade buscando nesse sentido através de um pensar crítico a conversão para uma nova ordem social, com a finalidade de desatrelar da ordem hegemônica existente no mundo atual que ainda se encontra monopolizado, unificado e autocrático, também ratifica este pensamento quando afirma que a ecologia social deve guiar para reorganizações de estilos de vida baseados em uma teoria da evolução ecossocial adquirindo valores ontológicos como uma “verdade objetiva libertadora” para se construir a partir deste preceito uma “sociedade ecológica.”.

Logo, o recorte principal deste trabalho é realizado para os povos tradicionais que vivem da relação direta com a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua.

Destarte, o objetivo do presente estudo é demonstrar a importância do uso das plantas medicinais para as comunidades tradicionais no sentido de refletir sobre o dualismo entre o

saber tradicional e o científico, considerando a importância de ambos, através de uma visão mais holística, em especial, entre os saberes dos povos tradicionais que possuem ligação direta com a RESEX-Mar de Tracuateua, nordeste do Pará, costa amazônica brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SEUS SABERES: *CONVERGÊNCIAS PARA O BEM-ESTAR*

No Brasil, o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, defini e caracteriza nominalmente o termo “populações tradicionais” como “povos ou comunidades tradicionais”, como descrito no Art. 3:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Embora haja a existência do significado legal para “populações tradicionais”, é preciso considerar, segundo Almeida & Cunha (1999, p. 3), que este “termo é permeado por aspectos semânticos e está sujeito a modificações”.

Com isso, destaca-se a importância das pesquisas buscando sempre reconhecer as particularidades de cada contexto a ser pesquisado, pois “[...] os saberes científicos são uma maneira de explicar o mundo, mas existem outras produções de conhecimento, outras formas de saber e conhecer que se perdem no tempo e no anonimato porque não encontram espaços e oportunidades de expressão” (ALMEIDA, 2010, p. 51).

Segundo Cunha (2007) os conhecimentos tanto científicos como os conhecimentos tradicionais buscam entender os fenômenos que ocorrem em um determinado local e, estes, deveriam/devem andar juntos, mas não na ideia de que sejam considerados idênticos, pois o sentido está nas suas diferenças. Dessa forma, “[...] o conhecimento científico e o conhecimento tradicional são incomensuráveis”, (CUNHA, 2007, p. 78). Essa argumentação é bem elucidada por Almeida (2010, p. 51):

Em diversos lugares espalhados pelo Brasil, mulheres dispõem de grande sabedoria para tratar das doenças. Elas conhecem os segredos e as

qualidades das plantas para curar enfermidades as mais diversas; sabem assistir os nascimentos, cuidar da alimentação da mãe depois do parto, tratar do recém-nascido, dizer o que se pode ou não se deve comer.

Deste modo, esse conhecimento foi adquirido com o contato com os saberes tradicionais, repassados de geração a geração e que, geracionalmente, tem se perpetuado até os dias atuais, embora se reconheça que esses saberes não são apreendidos numa academia, mas que têm a mesma importância dada aos demais saberes. Por certo, esses saberes empreendidos pelas comunidades tradicionais perpassam pela sua relação direta com a natureza, por meio das plantas medicinais, com o viés para o manejo e a sustentabilidade ambiental.

ETNOBOTÂNICA: PLANTAS MEDICINAIS ENTRE OS POVOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

As comunidades tradicionais desenvolveram um modelo de cultura diferenciado, fundamentado na relação intensa e, significativamente, respeitosa com o território que é habitado por elas, na qual o uso dos recursos – como as plantas medicinais – de forma equilibrada possibilitou a sobrevivência dessas populações “[...] através da observação e experimentação de um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais” (ARRUDA, 1999, p. 83). Para tanto, faz-se necessário conceituar os termos – Etnobotânica, plantas medicinais, comunidades tradicionais, saberes tradicionais e saber científico – que estarão embasando o presente estudo.

A concepção etnobotânica é considerada um importante passo para a possibilidade de um estudo que também oriente ações para a conservação e o uso sustentável das espécies vegetais. Logo, “A etnobotânica é a ciência que estuda e interpreta a história e a relação das plantas nas sociedades antigas e atuais, ou seja, inclui todos os estudos concernentes à relação mútua entre populações tradicionais e/ou atuais e as plantas” (RODRIGUES, 2007, p. 26). Além de mesclar conhecimentos acerca do relacionamento mútuo entre populações tradicionais e plantas (COTTON, 1996), em especial, porque essas populações produziram um vasto conhecimento sobre as práticas de manejo através da interação entre sujeito e natureza. Este elo tem se perpetuado desde que o homem iniciou o uso dos vegetais, para

satisfazer suas carências em relação a sua sobrevivência, seja como alimento, para produzir calor, para abrigar-se, na construção, como ornamento ou para assegurar sua saúde (LEVY, 1999).

A Etnobotânica tem grande importância para as populações regionais no que toca à exploração e manejo de recursos para obtenção de remédios, alimentos e matérias-primas (FERRO, 2006) Segundo Albuquerque (2000), a Etnobotânica consegue fazer a mediação entre as variadas falas culturais, aspirando a compreensão do outro, do seu modo de vida, dos seus códigos e costumes que racionalizam suas relações com a natureza e, certamente, essa importância se reflete pelos conhecimentos das populações que utilizam as plantas medicinais. A prática etnobotânica recebeu diferentes enfoques com o passar do tempo e se firmou como sendo de natureza interdisciplinar, em que permite agregar colaboração de diferentes ciências, com diversos enfoques como o social, cultural, agricultura, paisagem, taxonomia popular, conservação de recursos genéticos, da linguística e outros (MING *et al.*, 2002).

As plantas medicinais são definidas como aquelas que possuem substâncias bioativas com propriedades terapêuticas, profiláticas ou paliativas que são utilizadas na medicina (SES, 2004). Complementarmente, define-se, ainda, que “[...] a planta medicinal é aquela que contém um ou mais princípios ativos, conferindo-lhe a atividade terapêutica” (CAMPELO E RAMALHO, 1989. 67). De acordo com Lopes *et al.* (2005), planta medicinal é toda planta que administrada ao homem ou animal, por qualquer via ou forma, realize algum desempenho terapêutico, por conseguinte, Barata (2007) ratifica que estas plantas através de processos químicos melhoram a qualidade de vida e que modificam ou reforçam o sistema imunológico.

O Brasil possui um extenso território que é marcado pela diversidade de etnias, crenças, culturas e religiosidades. A considerar esses aspectos, inclui-se, ainda, a riqueza da biodiversidade disponível nesse enorme território, entre as quais se encontram as plantas medicinais, que, para além de outras funções, ajudam a caracterizar determinadas comunidades, pois, também, é “através delas que se mostram o perfil de uma comunidade e seus usos em relação às plantas, pois cada comunidade tem seus costumes e peculiaridades, visando extrair informações que possam ser benéficas sobre usos de plantas medicinais” (MARTINS *et al.*, 2005, p. 21).

Segundo (BRASIL, 2006). Conforme dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), 80% da população mundial depende da medicina tradicional, e na grande maioria das vezes esse tratamento tradicional envolve o uso de plantas medicinais, portanto, o uso dos seus processos ativos. Percebe-se, com isso, que as plantas medicinais têm servido como uma importante ferramenta de combate a doenças nas comunidades tradicionais, que, por vezes não é assistida pelas políticas públicas de saúde do Brasil, quiçá local.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SUSTENTABILIDADE) E A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA

A perspectiva sustentabilidade tem por finalidade modificar o comportamento das pessoas, criando nelas uma consciência ecológica, mostrando a importância de criar uma ligação entre homem e a natureza. E, “mais do que isso, a perspectiva deve contemplar a influência dos povos e comunidades tradicionais na política econômica brasileira, para promover a sua mudança com vistas numa política econômica, social e ecológica sustentável” (GAWORA, 2010, p. 107). Com a intenção de ampliar o conceito de sustentabilidade, recorre-se a Leff (2006, p. 133-134)

Que nos orienta a saber que sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e para um desenvolvimento durável; problematiza as formas de conhecimento, os valores sociais e as próprias bases da produção, abrindo uma nova visão do processo civilizatório da humanidade.

Nesse sentido, a proposição de manejo ambiental sustentável tem o objetivo de formar nas pessoas com a capacidade de entender o meio ambiente e desenvolver uma consciência de modo que o ser humano venha a agir no meio, de maneira correta. Nesse sentido, Andrade & Romeiro (2009, p.2) pontuam que

O capital natural do planeta, considerado como a totalidade dos recursos naturais disponíveis que rendem fluxos de benefícios tangíveis e intangíveis ao homem, vem sendo ameaçadoramente degradado, o que leva à necessidade de reavaliar o tratamento até então dispensado pela humanidade ao seu “patrimônio” natural.

Para se criar um modelo eficaz de sustentabilidade ambiental é necessária à integração do ser humano ao meio natural usando de forma inteligente os recursos ambientais. A adoção de ações de sustentabilidade garante a médio e longo prazo um planeta em boas condições de diversas formas de vida, inclusive a vida humana. Por conseguinte, essa consciência levará a garantia de recursos naturais para as próximas gerações, assim como garante a manutenção do sistema ambiental, da fauna e da flora, garantindo, assim uma boa qualidade de vida para a geração humana.

O quadro ambiental mundial tem sido motivo de preocupação de diversos segmentos da sociedade. Diante disso, novas concepções vêm sendo adquiridas com o objetivo de alcançar a proteção da natureza, as quais geram amplas discussões em diferentes esferas políticas. Estas questões passaram a abranger as comunidades tradicionais e seus respectivos conhecimentos que procuram associar a conservação da natureza com práticas produtivas sustentáveis por meio de conhecimentos tradicionais de manejo dos recursos naturais.

Para manter o meio ambiente preservado e conservado, o movimento ambientalista fez pressão para que o governo brasileiro criasse as Unidades de Conservação (UC), que visa à inter-relação sociedade e natureza. Ademais, a própria definição de patrimônio natural e as políticas de conservação são parte de um ambiente histórico em que esse ecossistema passa a ser considerado um bem de interesse público (PÁDUA, 1997; BARROS, 2000).

A Unidade de Conservação se enquadra naquelas de uso sustentável, ou seja, seus objetivos visam à melhoria e manutenção dos modos de vida da população extrativista que vivem estritamente associadas a esse território, como uma importante ferramenta de conservação e o uso sustentável da biodiversidade local (PÁDUA, 1997). Para se criar um modelo eficaz de sustentabilidade ambiental é necessária a integração do ser humano ao meio de conservação, buscando inserir a presença, principalmente dos povos tradicionais, que podem interagir também como sujeitos ecológicos através da leitura e interpretação do ambiente em que vivem.

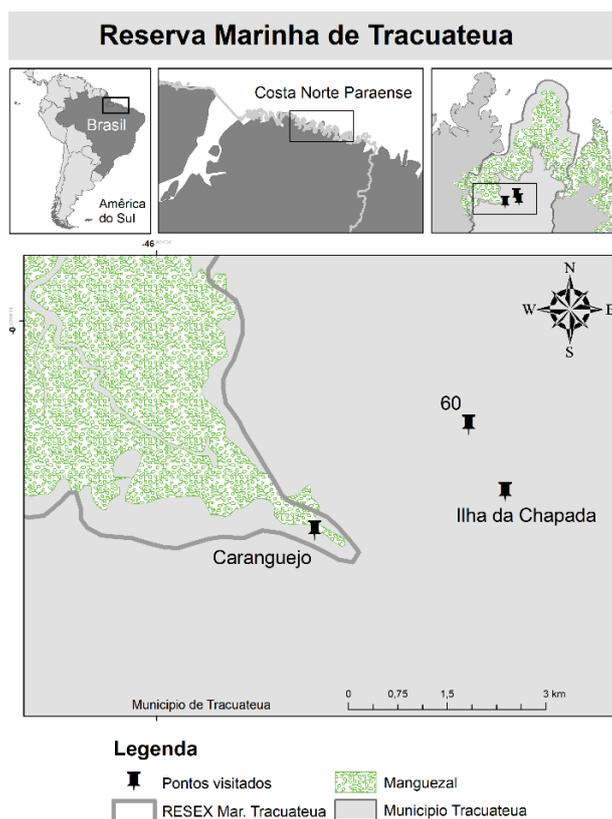
Assim, as Reservas Extrativistas Marinhas que se baseiam também na ideia de conservação e de preservação ambiental, trazendo como enfoque discussões sobre um modelo que levem em consideração a enorme diversidade cultural e biológica da região, uma vez que

essas reservas podem diversificar a produção extrativista, garantir o usufruto da terra e da floresta e assegurar que cada família tenha uma atividade extrativista sustentável.

METODOLOGIA/ÁREA DE ESTUDO

O estudo ocorreu na Comunidade da Chapada, localizada no município de Tracuateua, nordeste do Pará, que fica no entorno da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (Figura 1).

Figura 1. Localização do município de Tracuateua no nordeste do Pará, costa amazônica brasileira, com desta para a área da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua e Comunidade da Chapada.



(Fonte: Elaborado por Eyzaguirre Indira A.L. 2019 - ArcGis, Ministério do Meio Ambiente, *Google Earth*).

O presente estudo se fundamenta em três vieses: bibliográfica, documental e de campo. Consoante às postulações de Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e

artigos científicos”. Uma das vantagens da pesquisa bibliográfica é a possibilidade de o pesquisador usufruir das pesquisas já produzidas, permitindo, com isso, o aprofundamento e direcionamento para futuras pesquisas. Já, a pesquisa documental, segundo Pádua (1997, p. 62) é

Aqueles realizados a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cineticamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, com o intuito de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...].

Outrossim, a pesquisa está baseada em um trabalho de campo que para Minayo (1994, p. 26) consiste em:

Levar para a prática empírica a construção teórica [...] essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros.

Partindo destes elementos, podemos ratificar que “o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita” (MORIN, 2003, p. 15). Com esse diálogo, destacam-se os dados primários, relacionados às anotações realizadas a partir de um roteiro de pesquisa. Marconi & Lakatos (2011, p. 33) informam que “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queria confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato”.

A partir destes elementos, a pesquisa dialoga com os sujeitos envolvidos diretamente com o objeto em estudo, onde Marconi & Lakatos (2003, p. 279) ratifica que “[...] quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, explorando assim com mais ênfase determinadas questões”. Adicionalmente, Gil (1999, p. 45) destaca que “a pesquisa é um procedimento rápido que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Para isso, os dados foram coletados a partir de uma entrevista semiestruturada com o objetivo de obter respostas referentes as práticas usadas no manuseio e uso da planta conhecida cientificamente como *Nicotina tabacum L*, popularmente chamada: tabaco.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As comunidades tradicionais são caracterizadas, entre outras coisas, pelos saberes que perpassam pelos variados contextos aos quais elas convivem. Certamente, esses contextos são permeados por fatores que, de certo, determinam a sua especificidade – tais como o fator econômico – que se assenta também sobre as formas de organização cultural de determinada comunidade (QUEIROZ, 1975). Nesse cenário, o presente estudo, por ora, apresenta alguns resultados e discussão, onde se revela que o tabaco é basilar à economia na Comunidade da Chapada.

Os saberes relacionados ao cultivo do tabaco² estão imersos de significados, os quais perpassam por gerações milenares, “[...] achados arqueológicos revelam que, por volta de 6.000 a.C., já existia o tabaco nas Américas [...] o fumo fazia parte do cotidiano dos nativos da América e sua representação estava relacionada à crença desses povos” (SOUZA, 2006, p. 28). No Brasil, o tabaco desde a colonização teve suas representações ligadas aos saberes indigenistas, à cura de doenças, à economia de exportação e importação e, tem em si, suas representações sociais, parafraseando Souza (2006).

O tabaco, atualmente, ainda faz parte da economia de algumas regiões do Brasil e carrega no seu modo de saber-fazer uma maneira peculiar de plantar, podar, colher, tratar, comercializar e consumir. Os resultados revelaram que as atividades econômicas preponderantes na comunidade da Chapada é o extrativismo de crustáceos e outros, a pesca artesanal e a agricultura, em especial, o cultivo e o uso do tabaco como fonte de renda das famílias. Nesse sentido, indagou-se: como ocorre o processo do tabaco desde o cultivo até o produto final? A resposta foi pontual e elucidativa no que concerne a descrição do processo:

Como é que a gente tem a muda do tabaco? A gente compra da Colônia que é onde, no Acarajó, onde a gente compra a muda [...] e aí ele vai secar a gente vai fazer colocando na noite e aí quando é de madrugada quatro horas vamos arrumar para gente fazer o tabaco (Seu Pedro³, 52 anos).

Nessa perspectiva, o conhecimento do uso das plantas denota o Conhecimento Ecológico Local (CEL), sejam eles relacionados ao fazer individual ou coletivo que estão

² Nome Científico: *Nicotina tabacum* L.

³ Este nome é fictício pois decidiu-se preservar a integridade do colaborador

inseridos na cultura (DAVIS, 2006). Na comunidade da chapada o uso do tabaco está entre as formas de trabalho vigente, sendo de modo secundário, apenas para venda em pequena escala.

Antigamente nos vendia muito este fumo mais de um tempo pra cá decidimos optar por outra formas de ganhar dinheiro, mas a gente não deixa de planta pois sabe que dá um dinheirinho quando vendemos no comercio (Seu Pedro, 52 anos).

Segundo Foucault (1994, p. 10) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar, sustentadas por um sistema de instituições que se impõem e se reconduzem”, e isto está bem nítida na fala do colaborador quando da necessidade de além da produção do tabaco procurar outras formas de subsistir, haja vista o comércio do tabaco não supre todas as necessidades, fazendo-se necessário o incremento de outras formas de produção.

Esses saberes, certamente, são alargados quando se percebeu na fala até como se deve fazer o tratamento, quando a planta é atacada por pragas naturais, como é o caso da lagarta (*Helicoverpa armigera*), que é encontrada e, em seguida, retirada das folhas do tabaco, o que requer um olhar direcionado pelo tamanho da espécie, conforme se observa na Figura 2.

Figura 2. Lagarta retirada do pé de Tabaco, Tracuateua no nordeste do Pará, costa amazônica brasileira.



Esse inseto segundo, Farias (2018) passa pelo processo de mutação completa, ou seja, seu desenvolvimento biológico passa pelas fases de ovo, lagarta, pré-pupa, pupa e adulta. Nesse grupo de insetos há a possibilidade de desenvolve altas capacidades de sobrevivência quando exibida as circunstâncias ambientais adversas, tais como: excesso de calor, frio ou seca, relacionada a uma grande habilidade de abjunção, podendo em alguns casos distanciar-se até 1.000 km a procura de alimento e condições compatíveis para sua evolução e reprodução.

Aliadas a essas peculiaridades, *H. armigera* é uma espécie excessivamente polífaga, sendo relatada a sua ocorrência em mais de 60 espécies de hospedeiros, podendo causar danos nas mais diversas culturas. Esta espécie de lagarta é encontrada nas plantações de tabaco da comunidade da Chapada, mas os moradores locais conseguem através de uma técnica (a olho nu) observar a lagarta em seus estágios iniciais, fazendo sua retirada ainda em fase de larva, o processo seguinte é a poda com a retirada da folha que estava alojando o inseto.

Interessante destacar que essa retirada do inseto não é prejudicial para a planta, isto é, independentemente da situação a prioridade é não causar malefícios à planta. Nesse sentido, os povos das comunidades tradicionais demonstram conhecimentos de manuseio no cultivo da planta. Wilson (2000) traz estudos das formas de uso de plantas medicinais como uma ferramenta de evolução e sua perda são consideradas um desastre. No entanto, os saberes fazem com que suas práticas produtivas sejam, segundo Begossi (2002), contribuintes para o desenvolvimento da região.

A técnica usada pelos extrativistas foi adquirida de forma transgeracional e firmada com a vivência diária. Ressalta-se, ainda, que essas ações convergem para a formação desses discursos ratificados por Pacheco (2009), que nas comunidades tradicionais esses saberes são percebidos de acordo com as sinalizações da natureza através de formato, cor e período. Adicionalmente, discute-se que o tempo é fundamental porque é através dele que os saberes são também consolidados, pois “o tempo do trabalho, do plantio, da colheita, do festejar tem marcas dessas inextricáveis em relação cultura/natureza” (PACHECO, 2009, p. 71). Complementarmente, Brandão & Borges (2014), ressaltam que se torna um saber peculiar, com recursos econômicos mínimos, quando comparados com os da neounidades do agronegócio, por exemplo. Além do que essas práticas tradicionais possuem uma simbiose

própria e que tornaram o espaço da natureza em um lugar social, humanamente habitável e conservado.

Os resultados apontam para a produção reduzida nos dias atuais do tabaco nessa região, embora se observe, territorialmente, espaços para o alargamento da plantação, mas há outras práticas produtivas prioritárias, por exemplo, o cultivo da mandioca, e, o cultivo do tabaco tem ocorrido esporadicamente, com o objetivo de subsistência, ou seja, para o uso próprio e/ou mesmo para o afastamento de insetos quando os extrativistas estão diretamente labutando numa determinada prática produtiva, como é o caso da extração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) no ecossistema manguezal que é permeado por mosquitos e insetos.

Ademais, o tabaco (Figura 3) é usado como planta medicinal desde seus primórdios. Segundo Santos, Brach & Conceição (2013), a nicotina o mais importante composto presente na folha do tabaco possui compostos nitrogenados e alcaloides, essas substâncias são sintetizadas pela própria planta que provoca uma série de alterações fisiológicas ao ser absorvida pelo organismo. Adicionalmente, as autoras ainda ratificam que os hábitos indígenas de fumar estão intrinsicamente ligados a questão da sociabilidade que pode ser formal ou ritualística.

Em se tratando do ritual do fumar, o tabaco como parte de seu aspecto ritual-mágico-religioso, é tido como a concepção de que as doenças que acometem esses povos têm ligação com o sobrenatural e é tão *pan-ameríndia* quanto ao uso do tabaco em que a fumaça produzida é considerada um elo entre os mundos materiais e espirituais (SANTOS, BRACH & CONCEIÇÃO, 2013).

De acordo com Cardim (1978), os efeitos narcóticos da nicotina serviam de base, uma ancora para os que se dedicavam nas artes medicinais indígenas, para que assim pudessem chegar a um diagnóstico para a cura das doenças, pois havia uma diversidade razoável no que se refere ao uso do tabaco como medicamento. Uma das significativas formas de tratamento e cura de doenças segundo Santos, Brach & Conceição (2013) estão descritas na obra de Hernandez que foi feita no México, em 1615, sob o título de *Cuatro libros de la naturaleza y virtudes de las plantas y animales que están recibidos en uso de medicina en la Nueva España*.

Nesses relatos, estão as formas de se utilizar o tabaco em diversos tipos de ferimentos, chama a atenção o relato de seu emprego em “(...) feridas venenosas, e especialmente as de flechas pontiagudas (...)”. No entanto, no presente estudo se observou apenas a importância econômica na comunidade e, por conseguinte, esta prática não tenha sido observada.

Figura 3. Planta do Tabaco, cultivada na Comunidade da Chapada, Tracuateua, nordeste do Pará, costa amazônica brasileira.



Fato importante a salientar é a autonomia dos moradores das comunidades tradicionais, pois toda a gerência do trabalho ocorre pelos próprios extrativistas, sem a presença impositiva de um patrão e o que determina o horário de trabalho é a natureza, seja por ocasião da maré, do sol, da chuva, dentre outros. E, certamente, para as pessoas que cultivam o tabaco, essa também é uma regra natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que a Comunidade da Chapada apresenta uma forma peculiar de se relacionar com a natureza, na qual demonstra respeito com seu espaço de vivência e com os saberes apreendidos ao longo dos tempos.

Ainda, evidencia-se que cultivam plantas nativas da região e manejam práticas de reflorestamento, cultivam as plantas como forma de agregar subsídio à renda familiar. Pecebe-se, ainda, em comunidades tradicionais, o uso das plantas sejam medicianis ou não para o seu auto-sustento e, claro, como valor terapêutico e/ou medicinal.

É evidente que esses povos tradicionais são desassistidos pelo poder público do Estado, visto que não recebem incentivos ou formações para os seus fazeres cotidianos em suas comunidades, ou mesmo orientações numa perspectiva sustentável de suas práticas junto ao ambiente que vivem, em especial por a comunidade da Chapada está em uma área de Reserva Extrativista Marinha, que prescinde da necessidade de uma assistência, principalmente em relação às plantas que eles já fazem historicamente, o que favorece em certa ocasião a não perda desse conhecimento por essas populações.

Portanto, o cultivo da planta do tabaco é uma das práticas que também compõem as práticas produtivas dos extrativistas da Comunidade da Chapada, assim como, de certa forma, ajudam no sustento da economia local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, U.P. A etnobotânica no nordeste brasileiro. In: CAVALCANTI, T.B. & WALTER, B.M.T. **Tópicos Atuais em Botânica**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia / Sociedade Botânica do Brasil, 2000. p.241-249.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: editora Livraria da Física, 2010.

ALMEIDA, Mauro; CUNHA, Manuela Carneiro. Populações tradicionais e conservação. In: **Programa Nacional da Diversidade Biológica – Seminário de Consulta**. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. Macapá, 1999.

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 79-93, 1999.

BARROS, Lídia Almeida. **Vocabulário das unidades de conservação do Brasil**. São Paulo: Arte & Ciência; Marília: Unimar, 2000.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; SILVANO, R. A. M. Ecologia humana, etnoecologia e conservação. In: **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. UNESP/CNPq, Rio Claro, São Paulo, 2002.

BRASIL. **Cadastro Nacional De Unidades De Conservação – CNUC**. Tabela Consolidada das Unidades de Conservação. CNUC/MMA, atualizada em 10/07/2017.

Brasil. 2007. **Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

CAMPELO, Cornélio Ramalho; RAMALHO, Rita de Cassia: contribuições ao estudo das plantas medicinais no Estado de Alagoas- VII. Anais do **XXXIV Congresso Nacional de Botânica**, vol. 2(1), 1989.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1978. p. 49.

COTTON, C.M. **Ethnobotany: principles and applications**. New York: J. Wiley, 1996. 320p.

COTTON, C.M. *Ethnobotany: principles and applications*. New York: J. Wiley, 1996. 320p

CUNHA, Manuela Carneiro Da. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico**. Revista USP, São Paulo, n. 75, p. 76-84, set./nov. 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos e ARRUDA; Rinaldo S. V. (orgs). **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FERRO, D. **Fitoterapia: conceitos clínicos**. São Paulo: Atheneu, 2006. 502p.

FILSTEAD, W. J. Qualitative Methods: a Needed Perspective in Evaluation Research. In: T.D. COOK & C.S. REICHARD (eds.). **Qualitative and Quantitative Methods in Evaluation Research**. Beverly Hills, CA: Sage.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUSMÃO, D. A. **Guerras na Amazônia do século XVII: resistência indígena à colonização**. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza / Enrique Leff; tradugão Luís Carlos Cabral**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Mariana; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, A.G.; Rosário D.L.; BARROS, M.N.; JARDIM, M.A.G. 2005. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais, alimentares e tóxicas da Ilha do Combu, Município de Belém, Estado do Pará. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, 86: 31-30.

MATO GROSSO. Secretaria do Estado de Saúde. 2004. **Informe SES**. Disponível em: www.saude.mt.gov.br. Acesso em 27 de março de 2019.

MEKSENAS, Paulo. Método em Pesquisa Empírica. In: **Pesquisa social e ação pedagógica** conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2010. Cap. 6, p.109-148.

MING, L. C. **Coleta de plantas medicinais**. In: Plantas medicinais: arte e ciência, um guia de estudo interdisciplinar. UNESP. São Paulo, 1996.

MING, L. C.; AMOROZO, M. C. M. SILVA, S. P. S. **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. UNESP/CNPq, Rio Claro, São Paulo, 2002.

NOBRE, Cristina Joara de Sousa: Etnobotânica de plantas medicinais no ensino de Biologia: uma contribuição da escola pública rumo ao resgate do conhecimento popular/Cristiane Joara de Sousa Nobre. - Patos, 2015.

PÁDUA, M. T. J. Sistema brasileiro de unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: IAP; Unilivre; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997.

PORTAL MEDICINAIS- Aromáticas Condimentares – Alimentícia Não convencional (PANC)- Funcionais. **Disponível em:** www.ppmac.org. Acesso em 21/03/2019.

RODRIGUES, Valéria Evangelista Gomes. Tese (doutorado). Etnobotânica e florística de plantas medicinais nativas de remanescentes de floresta estacional sem decidual na Região do Alto Rio Grande, Minas Gerais, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SOUZA, D. L.B. Os **significados do tabagismo construídos na dinâmica social**. Dissertação Apresentada ao programa de pós-Graduação em Ontologia da UFRN. Natal, RN, 2006.

WILSON, E. O. **On the future of conservation biology**. Conservation Biology; Vol. 14; Num 1; Blackwell Publishing; Fevereiro, 2000.